

JUAN BAUTISTA ALBERDI E A GERAÇÃO ROMÂNTICA DE 1837: UM ESFORÇO DE CRIAÇÃO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DE NAÇÃO ARGENTINA

Mariana Marques De Maria¹
ma_demaria@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo busca analisar alguns aspectos das mais importantes obras de Juan Bautista Alberdi, identificando as características do projeto de nação que Alberdi nutriu para a República Argentina de seu tempo (século XIX).

Palavras-chaves

Nação, identidade nacional, projeto político

Abstract

This article searches to analyze some aspects of the classics works of Juan Bautista Alberdi, identifying the nation's project characteristics than Alberdi nourish to the Argentine Republic from his time (XIX century).

Keywords

Nation, national identity, political project

Introdução

Com o início das guerras revolucionárias na Europa, a monarquia espanhola viu-se obrigada a participar destes conflitos ocasionando um debilitamento de sua capacidade ofensiva e uma enorme exposição das fronteiras das colônias a ataques por parte dos países inimigos.

A queda de Sevilha em 1810 e a dissolução da junta central, cuja legitimidade havia sido reconhecida pela maioria dos Vice-reinados, capitanias gerais e províncias do Império, ocasionaram uma nova etapa na crise política que o país atravessaria, tal notícia ocasionou a criação de juntas autônomas de governo, entre elas Buenos Aires.

A partir de 1810 dois processos de transformação política começariam a ser executados: de um lado, a construção de uma monarquia constitucional em regiões como os vice-reinados do Peru e da Nova Espanha e de outro, a construção de sistemas autônomos de

¹ Mestranda pelo curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, financiada pelo REUNI/UFOP.

governo nas regiões que eram contra a solução gaditana, como Caracas, Buenos Aires e Santiago do Chile.

De acordo com Jorge Myers (2007), é possível sustentar que a crise de legitimidade das instituições ligadas ao vice-reinado de Buenos Aires coincidiu com a crise de legitimidade das instituições da monarquia dos Bourbons, ambas potencializando-se mutuamente. Deve-se ressaltar ainda que a militarização revolucionária ocorrida em Buenos Aires começou quatro anos antes da ocorrência nas demais cidades do Império espanhol.

Em maio de 1810, a elite criolla de Buenos Aires articulou-se para derrubar o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e assumir o controle político do vice-reino do Rio da Prata. A partir desta articulação, os bonaerenses iniciaram a Revolução de Maio. No final deste mesmo mês, a revolução foi consumada, Cisneros foi deposto e, em seu lugar, assumiu o governo uma junta presidida pelo criollo Cornélio de Saavedra.

Deste modo, a Revolução de Maio marca a troca do poder político: os espanhóis chefiados pelo vice-rei foram substituídos pelos criollos, representados pela junta de governo. Estas mudanças marcam, em última instância, o início do processo de independência no vice-reino do Rio da Prata.

A independência foi de fato conquistada em 1810, de maneira que esta década foi marcada por diversas tentativas fracassadas de constituir uma ordem institucional estável e legítima em substituição à ordem colonial derrubada. Porém, foi apenas com a tomada de Buenos Aires por parte do grupo favorável à independência do Rio da Prata e a restauração do regime absolutista com Fernando VII que a independência política foi formalmente declarada em nove de julho de 1816.

Assim, desde que assumiu o poder, a preocupação da elite criolla dirigente era constituir uma nova organização política voltada para os interesses sociais, de maneira que o sistema proposto pelos revolucionários renovaria a fisionomia social e econômica da região e resultaria na formação de um novo país.

Deste modo, mesmo com a longa demora para a declaração formal de independência, as novas autoridades foram capazes de instituir uma nova ordem política que dissolveu os mecanismos de dominação tão característicos do absolutismo. Com isso, muitos decretos foram promulgados durante o ano de 1810, suprimindo os títulos de nobreza e o regime de castas, proclamando a liberdade de imprensa (direito esse reafirmado em um decreto de 1811 e em mais duas leis uma em 1812 e outra em 1821) e por fim, estabelecendo o princípio de que a soberania residia no povo.

Sendo assim, o regime político que foi instaurado após 1810 foi fortemente marcado por um elevado grau de temporariedade, refletido no número e na variedade institucional dos governos que se sucederam um após o outro durante estes dez anos. O processo revolucionário foi marcado também por duas concepções sobre como organizar politicamente o novo estado: uma procurava manter o sistema centralista herdado da colônia, liderada pelo grupo revolucionário de Buenos Aires e a outra, procurava reivindicar alguma forma de autogoverno local, ou seja, um sistema descentralizado defendido por alguns dos representantes nomeados pelas cidades-sede das províncias.

Pensemos agora, no sujeito desta revolução do Rio da Prata. Os líderes do movimento revolucionário retomavam as antigas formulações dos chamados “espanhóis americanos” contra o monopólio de todas as instâncias do governo por parte dos “espanhóis peninsulares”; aqueles manifestaram claramente em seu discurso público que essa luta confrontava explicitamente criollos e espanhóis. O autor Jorge Myers afirma ainda que

Se não existia uma clareza completa sobre qual seria a identidade precisa do povo que protagonizava a revolução, nem sobre quais seriam os limites do novo estado responsável por sua expressão política, era muito clara, pelo contrário, a identidade do adversário: os espanhóis peninsulares, ainda mais após a restauração de Fernando VII da Espanha. (MYERS, 2007: 85)

A revolução seria, portanto, entendida não só como a criação de uma nova ordem política e social, mas também como um retorno a uma ordem antiga, como uma restauração. No discurso veiculado pela imprensa, o projeto da emancipação significava devolver sua independência autóctone ao continente conquistado, presenciava-se o desenvolvimento de um discurso histórico em defesa de uma legitimidade do movimento revolucionário que era caracterizado por uma idéia “autoctonista”.

Pode-se ressaltar ainda, que uma nova identidade especificamente “argentina” e um sentimento de pertencer a esta realidade, só se formaria de maneira gradual e complexa, sendo fortemente marcado pelo surgimento de uma concepção “cultural” da nacionalidade, no discurso da geração de 37 e a partir da criação de um estado federal. A verdadeira fixação de uma noção de uma identidade argentina se daria de fato a partir de 1844 com a criação de instituições políticas “nacionais”. E, ao contrário das demais experiências de construções de nações no continente americano, a da região do Prata foi marcada por fortes processos de homogeneização cultural e social.

A Geração de 1837

Durante o governo Rosas, especificamente em 1837, foi inaugurado em Buenos Aires, o *Salón Literário* de Marcos Sastre. Um dos objetivos do *Salón* era o de possibilitar aos jovens bonaerenses entrar em contato com obras européias que os auxiliariam em seus estudos. Além de proporcionar leituras, o *Salón* também era o local no qual alguns intelectuais reuniam-se para refletir sobre os mais diversos assuntos. Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérrez e Vicente Fidel López eram, entre outros, os que mais se destacavam dentre o grupo que se formou no *Salón*.

Os debates eram sobre temas filosóficos, políticos e sociais, sendo que a base de toda reflexão eram obras européias. Os intelectuais que se reuniam no *Salón Literário* de Marcos Sastre ficaram caracterizados pela oposição que faziam ao governo Rosas e pelas discussões de novos projetos políticos e sociais para a Argentina. O grupo ficou conhecido na história argentina como *Geração Romântica de 1837*.

Os integrantes da *Geração de 1837* faziam parte de uma minoria letrada de Buenos Aires, que se sentia derrotada com a hegemonia da liderança política rosista, pois o governador de Buenos Aires e líder da confederação era uma pessoa sem muita cultura e estudos e mesmo assim, era idolatrado pelo povo que o alçou ao centro da política argentina. As ações arbitrárias e autoritárias praticadas por Rosas também eram severamente criticadas pela *Geração de 1837*, como podemos perceber na carta de apresentação do grupo escrita por Esteban Echeverría

Estamos en la edad y nos sentimos con fuerza bastante para vestir la toga viril, y la estupidez triunfante nos lo veda: queremos hablar para quejarnos, y se nos pone mordaza. (...) Allí, bajo su sombra (Rosas), está sentado el despotismo, mudo y en perpétua adoración de si mismo, y en rededor suyo chilla y clamorea la ciega muchedumbre como en torno al ídolo de Baal los israelitas ilusos. (...) Miserables de aquéllos que vacilan cuando la tirania se ceba en las entrañas de la pátria. (...) Asociarse, mancomunar su inteligéncia y sus brazos para resistir a la opresión, es el único medio de llegar un dia a constituir la pátria. (ECHEVERRÍA, 1928: 171)

A *Geração de 1837* desejava com isso, entender como os argentinos defendiam e sustentavam um governo despreparado e ditatorial. Em outras palavras, os românticos empenharam-se em entender o enigma da realidade social e, para tanto, passaram a estudar as principais características da sociedade argentina.

No dia da inauguração do *Salón*, discursaram Alberdi, Gutiérrez, Vicente López y Planes, além de Marcos Sastre. O discurso de Alberdi foi filosófico e o título expressava bem

o caminho que o tucumêno pretendia trilhar: *Doble armonía entre el objeto de esta institución con una exigência de nuestro desarrollo social y de exigência con otra general del espíritu humano*. Neste discurso, o intelectual aproxima o particular, o surgimento do *Salón*, com o universal. Ou seja, o *Salón* faria parte do progresso humano, iniciando o título do discurso com “dupla harmonia”. Assim como Olsen Ghirardi afirma:

El primer punto que Alberdi se esfuerza en comunicar es la necesidad de los estúdios filosóficos para fijar las premisas fundamentales de su actitud. Así sostiene que es la filosofía la que desentraña la naturaleza de las cosas; es la filosofía la que responde a lapregunta “que son las cosas”; es la filosofía la que nos orienta y nos explica el “el por qué” y el “para qué”; y “adonde vamos”. La humanidad es como un rio fluyente que avanza en el ordem universal y cada pueblo, cada país, cada nación, es un afluente que une sus próprias águas para volcarlas en el inmenso oceano, común a todos. (GHIRARDI, 2007: 5-6)

Uma das principais questões que se coloca para Alberdi e para todos os românticos é que, sabendo que há uma precedência dos costumes sobre as instituições, deve-se decidir o que fazer diante de uma realidade tal como a Argentina em que os costumes são distintos dos europeus.

A Geração de 1837 foi o primeiro movimento intelectual na Argentina a adotar como missão um projeto de transformação cultural centrado na necessidade de construir uma identidade nacional, proclamando a necessidade de uma literatura nacional, uma história nacional e uma cultura nacional.

No caso específico da Argentina, desde o início do processo de independência, Mariano Moreno defendia entre os criollos bonaerenses a importância da formulação de uma Constituição. Para este revolucionário, a felicidade só existiria com a criação de um código de leis capaz de estabelecer a honestidade dos costumes, a segurança das pessoas, a conservação dos direitos, os deveres dos magistrados, as obrigações dos súditos e os limites da obediência. Percebe-se que estava disposto a formar um Estado Nacional de caráter contratualista.

Segundo Charles Hale (2002: 337), a crença na formação de uma nação de forma contratualista era comum no início do século XIX, pois este tipo de formação era reflexo do Constitucionalismo Clássico, teoria difundida na Europa a partir da Revolução Francesa e que contemplava as nações constituídas politicamente.

Assim, a formulação e a aplicação de uma constituição escrita, são os requisitos necessários, no início do século XIX, para a formação de nações de caráter contratualista. Porém, os argentinos não atingiram o objetivo planejado durante o processo de independência e não conseguiram organizar o Estado constitucionalmente. A situação começou a mudar

quando a *Geração de 1837*, influenciada pelo movimento romântico pensou numa nova forma de constituição nacional, oriunda do nacionalismo.

Os intelectuais de 37 criticavam a incapacidade dos políticos rio-platenses na tentativa de formação da nação. Também recriminavam a forma como esses políticos planejaram a formação da Argentina, pois eram contrários à visão contratualista de nação. Seguindo os ideais românticos, os integrantes da *Geração de 1837* acreditavam que a nação só seria formada após a consolidação do sentimento nacionalista e que a formulação de uma constituição não era pressuposto básico para a consolidação da nação, já que a utilização do Código de leis era restrita. Assim, para a *Geração de 1837*, estado e nação deixaram de ser sinônimos e passaram a ser dois conceitos diferentes.

Os românticos detectaram que faltava aos argentinos o sentimento nacionalista e, por isso, a nação só seria formada a partir do fortalecimento deste sentimento. Em suma, os românticos buscaram nas particularidades do passado histórico, os elementos de constituição do sentimento nacionalista.

Porém, os representantes do romantismo argentino tinham um problema: como distinguir e exaltar especificamente a história argentina já que seu passado colonial se aproximava ao de outras regiões do continente? Para Chiaramonte (1997: 255), os românticos argentinos, principalmente Alberdi e Echeverría, recorriam à exaltação do passado argentino de forma distinta, ao utilizarem uma linguagem específica para definir os acontecimentos que eles denominavam como nacionais.

O uso de uma nova linguagem por parte dos dois pensadores estabeleceu-se no sentido de despertar na população local um sentimento de união. Entretanto, este artifício da linguagem era considerado apenas o despertar para o processo de formação do Estado Nacional argentino.

A *Geração de 1837* precisaria assumir uma nova perspectiva em relação à formação da nação e transformou-se no primeiro movimento intelectual da Argentina a adotar como missão, um projeto de transformação cultural centrada na importância de se construir uma identidade nacional, proclamando a necessidade de uma literatura internacional, uma história nacional e uma cultura nacional.

Deste modo, Jorge Myers enfatiza que os românticos argentinos possuíam uma dupla missão

Primeiro, ela deveria investigar aqueles elementos preexistentes na cultura do Rio da Prata que parecessem mais adequados à tarefa da elaboração de uma identidade nacional argentina única e apropriar-se deles, tarefa esta que deveria ser executada através da intermediação das perspectivas teóricas e metodológicas mais recentes e prestigiosas desenvolvidas no pensamento social e filosófico europeu (não-espanhol). (...) A segunda parte de sua missão consistia no desenvolvimento de uma ideologia e de uma política de conciliação: no debate constitucional, eles buscariam a síntese de confrontos sectaristas, e nessa política de uma era posterior a de Rosas, eles se propunham salientar a necessidade de consenso acima dos laços de lealdade a partidos, embora nesse caso acabasse descobrindo que, na prática, isso era bem mais difícil. (MYERS, 2008: 187-188)

A obra alberdiana e o problema da formação da Nação argentina

Baseando-se nestas e em outras questões, Juan Bautista Alberdi publica, em 1837, ano de inauguração do *Salón Literario*, o primeiro trabalho de maior fôlego da *Geração Romântica*, o *Fragmento preliminar al estudio del Derecho*. Neste trabalho afirma que as constituições argentinas equivaleriam a uma série de imitações artificiais e insiste na necessidade de se superar uma fase heróica da independência em favor de outra fase mais refletida. Apenas assim seria possível uma nação, pois para Alberdi (1837, p.7), “uma nação não é uma nação a não ser pela consciência profunda e reflexiva dos elementos que a constituem.”

Influenciado pelos pensadores franceses Eugênio Lerminier e Théodore Jouffroy, Alberdi acredita na teoria do progresso histórico, que o auxilia na racionalização de uma consciência nacional argentina. Para Alberdi era preciso “civilizar” os argentinos, ensiná-los a respeitar as particularidades do passado histórico próprio da região e, conseqüentemente, evitar imitações. A este respeito o autor sustenta que

nuestros padres nos dieron una independencia material. A nosotros nos toca la conquista de una forma de civilizacion propia, La conquista del genio americano. Dos cadenas nos ataban a Europa: una material que horró; otra inteligente que vive aún. Nuestros padres rompieron la una por la espada; nosotros romperemos la otra por El pensamiento. Esta nueva conquistadeberá consumir nuestra emancipacion. (ALBERDI, 1837: 8)

Com esta obra, o autor tinha como objetivo desenvolver os fundamentos filosóficos do Direito e da filosofia política, ao mesmo tempo em que constrói uma teoria geral do Estado e do Direito. O *Fragmento* serviu de alicerce teórico da obra publicada em 1852, *Bases y punto de partida para la organización de la Republica Argentina*. Enquanto na primeira obra,

Alberdi apresenta sua teoria política e jurídica, na segunda obra, *Bases*, ele procura enquadrá-los no caso argentino.

Alberdi passou a conceber o direito não mais como uma simples coleção de leis escritas e sim como uma regra dos fenômenos de certa ordem, a criação de uma ordem nas ações dos homens, ou seja, a criação de uma regra moral da conduta humana. O jurista acredita que o Direito é um elemento dinâmico e que respeita os estágios históricos da humanidade, ao mesmo tempo em que auxilia na definição destes estágios. Para conhecer o Direito seria necessário conhecer o caminho da finalidade da conduta humana e, a partir deste conhecimento, compor as leis. Neste sentido, a teoria de Alberdi se aproxima à de Jouffrouy.

Para Olsen Ghuirardi (2007: 91), o curso de Direito Natural (1833-1834) de Jouffrouy foi a principal corrente de pensamento que influenciou Alberdi, já que era caracterizada por dois objetivos centrais: determinar o destino dos homens e investigar as regras de conduta humana. Assim sendo, buscar pelas leis da conduta humana significaria definir o que o homem deve ou não fazer e o que deve ser respeitado e cumprido.

Percebe-se que Alberdi concebe o Direito através da perspectiva do jusnaturalismo que defendia o Estado Nacional como resultante de um pacto entre os indivíduos, firmado para criar uma instituição dotada de autoridade e responsável por garantir os direitos naturais da população, além de tutelar o convívio entre esses indivíduos.

Para o autor, a Constituição seria a expressão do Direito Natural de forma positivista, de maneira que, primeiro era preciso compreender o Direito Natural por meio da filosofia do Direito para em seguida, aplicá-lo de forma positivista. O Direito positivo seria peculiar de cada povo, expressaria o momento de cada povo em um dado período histórico; já o Direito Natural seria algo eterno e universal. No limite, o Direito Natural, terá, em cada período, o seu respectivo Direito positivo, composto por duas prerrogativas: assinalar e prescrever o Direito Natural de cada relação social e impedir a sua infração.

Diante do pensamento político de Alberdi, é possível perceber que não cabe ao homem escolher suas leis arbitrariamente, pois estas leis devem ser direcionadas às particularidades sociais e históricas de um povo. Esta visão também é defendida em *Bases*, que terá uma densa análise histórica, social e política da argentina e de outras regiões latino-americanas.

Por conseguinte, Alberdi era respeitado pelos demais membros da *Geração de 1837*, principalmente por criar e difundir novas idéias entre os argentinos. Alberdi foi o primeiro intelectual a criticar publicamente a visão contratualista de formação nacional que os deputados argentinos defendiam (CHIARAMONTE, 1997: 257) Para Alberdi era necessário

separar conceitualmente Estado de nação, pois o Estado devia ser organizado de forma contratualista através da formulação de uma Constituição escrita, enquanto a nação derivaria da consolidação do sentimento nacionalista.

O pensamento de Alberdi e de toda a geração romântica deixa clara uma rejeição geral a possíveis origens e modelos, de maneira que a herança cultural da Espanha era desdenhada por constituir precisamente, o objetivo contra o qual as guerras revolucionárias tinham sido travadas. Para Myers (2008: 189), essa crítica à herança espanhola girava em torno de três valores fundamentais: liberdade, modernidade e autenticidade nacional.

No primeiro caso, a tradição espanhola era rejeitada por ser percebida como uma sociedade acostumada ao despotismo, o que ia de encontro ao ideal de liberdade aspirado pela nação. No segundo caso acreditava-se que, a revolução ao efetuar uma ruptura com o antigo regime colonial, tinha lançado a região do Rio da Prata num rápido processo de modernização, cuja característica de maior destaque foi a adoção de uma forma republicana de governo. Sobre isto Myers destaca que

Se a Espanha representava a rejeição à ciência em prol da religião, restrições comerciais indevidas, governo absolutista e costumes sociais, como os relativos ao papel das mulheres, que agora estavam sendo condenados por serem indiscutivelmente arcaicos, seria então necessário erradicar os elementos culturais restantes, recebidos da Espanha, para fixar a cultura nacional do Rio da Prata sobre alicerces novos e muito diferentes, quaisquer que eles pudessem acabar sendo. (MYERS, 2008:190)

Por fim, a terceira razão apresentada para substituir ou transformar o componente espanhol na cultura argentina era a de que a nova sociedade deveria ser fundamentalmente americana em vez de européia. A cultura nacional que estava surgindo precisava tomar como ponto de partida, sua origem americana. A respeito da questão da autenticidade nacional Alberdi salienta que

Depuremos nuestro espíritu de todo color postizo, de todo traje prestado, de toda parodia, de todo servilismo. Gobiérnémonos, pensemos, escribamos y procedamos em todo, no a imitacion de pueblo ninguno de la tierra, sea cual fuere su rango, sino exclusivamente como lo exige la combinacion de las leyes generales del espíritu humano com las individuales de nuestra condicion nacional.(ALBERDI, 1837: 8)

Deste modo, a *Geração de 1837* considera que a independência só estaria completa quando se tivesse a autoconsciência nacional e, mais importante ainda, enquanto a emancipação mental não fosse realizada, a soberania popular não poderia ser respeitada. Os

membros desta geração afirmavam que a democracia seria, além do governo do povo, o governo da razão. Portanto, seria impossível fazer parte do corpo político aqueles que eram incapazes de discriminar entre o bom e o mal político.

Diz Alberdi

La inteligencia es la fuente de la libertad, la inteligencia emancipa a los pueblos y a los hombres. Inteligencia y libertad son cosas correlativas, o más bien, la libertad ES la inteligencia misma. (...). En todas las edades, la humanidad no ha visto culpabilidad donde faltaba la razón (...). La soberanía, pues, pertenece a la inteligencia. El pueblo es soberano cuando es inteligente. De modo que el progreso representativo es paralelo al progreso inteligente. De modo que la forma de gobierno es una cosa normal, un resultado fatal de la respectiva situación moral e intelectual de un pueblo; y nada tiene de arbitraria y discrecional puesto que no está en que un pueblo diga “quiero ser republica” sino que es menester que sea capaz de serlo. (ALBERDI, 1837: 9)

No ano de 1852, Alberdi publica a obra *Bases y puntos de partida para la organización de la Republica Argentina*, na qual procurou delinear o modelo de governo que melhor se adequaria ao futuro sistema de organização do país. Este livro influenciou a redação da Constituição Argentina de 1853.

O problema da relação entre costumes e instituições que já se colocava no *Fragmento* volta a se repetir em *Bases*. Num primeiro momento, o do *Fragmento*, Alberdi tenta aceitar realisticamente os costumes. Em um segundo momento, o de *Bases*, o autor insistia na necessidade de uma ação voluntarista que modifique os costumes por meio das instituições.

O autor Bernardo Ricupero aponta que

Tendo em mente a história hispano-americana recente, nota Alberdi que as constituições dos países dessa região tão conturbada passaram por duas fases: na primeira, que se segue à independência, teria se procurado principalmente garantir a liberdade e a democracia; já no período no qual escreve se deveria estimular “a riqueza, o progresso material, o comércio, a população, a indústria”. Não que os legisladores da época da independência estivessem equivocados nos seus objetivos pelo contrário, suas ações correspondiam à época em que escreviam. (RICUPERO, 2007: 243)

Seguindo o raciocínio desenvolvido no *Fragmento*, Alberdi apregoou em *Bases* que não se deve esperar que a Constituição seja a expressão de todos os tempos

No se ha de aspirar a que las constituciones expresen las necesidades de todos los tiempos. Como los andamios de que se vale el arquitecto para construir los edificios, ellas deben servirnos en la obra interminable de nuestro edificio político para colocarlas hoy de un modo y mañana de otro, según las necesidades de la constitución. (ALBERDI, 1852: 68)

Neste trecho, é possível perceber que, na visão alberdiana, a Constituição deve sempre aspirar à originalidade, ao mesmo tempo em que respeita as particularidades do momento. Para alcançar este objetivo seria necessário recorrer à observação e ao estudo de fatos históricos. Porém, esta originalidade constitucional não era a única preocupação de Alberdi. O jurista declarava também, ser de suma importância a conservação de uma Constituição, pois as leis dependem do respeito e dos costumes. Para não ser modificada a todo o momento, a Constituição deveria definir os fatos fundamentais da ordem política, por isso, disposições transitórias deveriam ser evitadas.

Em *Bases*, pode-se perceber também, que a questão étnica é amplamente discutida, sendo que Alberdi deixa clara sua noção de superioridade do branco, particularmente dos anglo-saxões. Pondera ainda a influência negativa da ancestralidade ibérica que, associada ao clima, contribuiu para a pouca racionalidade, que exigiria uma organização política eficiente que encaminhasse o país para o progresso, ou seja, para o liberalismo econômico e político.

A tarefa de um governo realmente preocupado com o “progresso” passaria necessariamente por um redimensionamento da população, o que justificaria o incentivo à imigração européia. Para tanto, a própria educação deveria contemplar estes novos tempos modernos abandonando a forma bacharelesca herdada dos tempos coloniais ibéricos. Sendo assim Alberdi nos indica que

La instrucción, para ser fecunda, há de concentrarse a ciências y artes de aplicacion, a cosas prácticas, a lenguas vivas, a conocimiento de utilidad material y inmediata. El idioma inglés, como idioma de la libertad, de la industria e del orden, debe ser aún más obligatorio que el latin, no debiera darse diploma ni titulo de al jovem que no lo hable o no lo escriba. (ALBERDI, 1852: 77)

Com isto, enfrentar-se-ia o que era entendido como o principal problema da Argentina: o deserto. Para o romantismo argentino, o deserto seria um enorme espaço geográfico e cultural a ocupar e seria contra bárbaros, gaúchos e caudilhos, que a obra da civilização deveria se impor. Bernardo Ricupero lembra que

Mas o mais importante no retrato que o romantismo romântico fornece do deserto é que nele se revela o significado do movimento: o deserto a ocupar não passaria de

mais uma região a ser tocada, incorporada e transformada à sua imagem e semelhança, pelo civilizado capitalismo em expansão. (RICUPERO, 2007: 244)

Porém, Alberdi destaca que, antes de se povoar a Argentina, seria necessário pacificá-la. Baseando-se no exemplo das realizações das constituições européias e da dos Estados Unidos bem como dos fracassos sul-americanos, indica um caminho possível que a Argentina possa trilhar. A este respeito Alberdi nos indica que “es practicable e debe practicarse en la Republica Argentina la federación mixta o combinada con el nacionalismo, porque este sistema es expresión de la necesidad presente y resultado inevitable de los hechos pasados” (ALBERDI, 1852, p. 150).

Sobre esta forma de governo misto, o autor esclarece que

El Gobierno general de los Estados Unidos no es el unico que ofrezca el mecanismo empleado para asociar en la formación de las autoridades generales los dos elementos unitário y federal. No hay federación celebre y digna de figurar como modelo que no presente igual ejemplo en el dia. Es que todas ellas sienten la misma necesidad inherente a su complexión de centralizar sus medios de libertad, de ordem y de engrandecimiento. En America, los Estados Unidos, y en Europa, Suiza y Alemania, han abandonado, el federalismo puro opr el federalismo unitario en la constitución de su gobierno general. (ALBERDI, 1852: 151)

E conclui enfatizando que “vemos, pues, que en Europa, lo mismo que en America, las federaciones tienden a estrechar mas y mas su vinculo de unión a dilatar la esfera de acción civilizadora y progresista del gobierno central o federal.” (ALBERDI, 1852, p. 151)

Conclui-se, portanto, que uma federação unitária ou uma unidade federativa, seria a melhor de governo para a Argentina. As instituições seriam criadas de tal forma que, nem as províncias nem o governo federal se sentiriam prejudicados com o novo sistema de governo, sendo desejável que princípios federativos e unitários convivessem também no poder legislativo e judiciário. Contudo Bernardo Ricupero faz uma ressalva importante a este respeito ao dizer que

Alberdi não chega a explicitar quais seriam as forças sociais responsáveis pelo equilíbrio do peculiar governo misto argentino. Nele, o conflito não é tanto entre grupos sociais, mas províncias. Elas, contudo, não deixam de representar interesses sociais distintos. Poder-se-ia imaginar, por exemplo, uma fórmula de equilíbrio entre os estancieros e a burguesia comercial do principal porto do país, Buenos Aires; os pecuaristas das emergentes províncias do litoral e as oligarquias do decadente interior, como de fato ocorreu depois de 1880. Mas se era isso que o autor de Bases imaginava, não chega a dizê-lo abertamente em seu livro. (RICUPERO, 2007: 246)

Se a Espanha era rejeitada como fonte e modelo para a nova identidade nacional

argentina, também foram rejeitadas outras fontes e modelos possíveis. Como parte do repúdio à Espanha, as elites culturais da Argentina, também descartavam o passado colonial como algo radicalmente estranho a elas. Precisamente por sua autenticidade ter sido subvertida, a experiência crioula durante os três séculos de governo colonial, também foi excluída no conglomerado cultural contra o qual os intelectuais românticos da Nova Geração afirmavam que a revolução tinha sido travada.

Myers destaca acertadamente que

O resultado foi que a nova nação argentina veio a ser descrita por um número significativo de escritores do século XIX como uma nação sem passado, sem raízes, e até mesmo com sua formação ainda por se completar. Talvez a imagem mais vigorosa no discurso das elites fosse a de que a Argentina era uma nação cuja origem estava no futuro, mais do que no passado. (MYERS, 2008: 192)

Considerações finais

O período de transição que vivia a sociedade argentina, que se desvencilhara da dominação colonial ibérica e tentava sua articulação ao capitalismo internacional, enfrentava muitas dificuldades. A falta de um grupo hegemônico que impusesse seus interesses, e a resistência da oligarquia fundiária à construção de um Estado Nacional, estivera na base do período de lutas internas, entre o período de 1810 e 1862, quando se sacramentaria o Estado Oligárquico.

O que ocorreu foi um choque de interesses entre a elite pecuária de região portenha, detentora da atividade produtiva com maior valor comercial, contra as demais oligarquias interioranas que recusavam esta dominação contrária aos seus direitos. Foi no decorrer deste período que se desenvolveu o trabalho dos românticos argentinos na tentativa de criar uma base de referências para a interpretação da história argentina.

Neste sentido, o primeiro esforço dos românticos foi estabelecer uma periodização da história americana. Esta história divide-se em dois períodos: o primeiro refere-se à fase desorganizada e heróica da independência política e um segundo momento que se refere ao momento contemporâneo, que deveria ser organizado e mais refletido, resultado de uma emancipação mental.

Por conseguinte, neste primeiro momento, a preocupação estava em destruir a antiga sociedade colonial, prolongamento na América do Antigo Regime europeu. Já no momento seguinte, seria preciso estabelecer uma nova ordem em que, a criação da nação promoveria a

libertação das práticas coloniais e da vassalagem espanhola.

Partindo desta divisão da história argentina, os românticos elaboram a primeira concepção de nação argentina. Na obra *Fragmento*, Alberdi aponta para a necessidade de as leis e as letras se adaptarem às condições americanas. Num outro momento, o de *Base*, o autor deixa claro que já não se trata de buscar a adaptação das instituições de origem europeia às condições americanas, mas de submeter a barbárie americana à civilização de origem europeia. Nesta obra, Alberdi acentua essa atitude. Sugere que o fundamental é conseguir braços e capitais estrangeiros, de preferência ingleses.

Assim sendo, consciente de que a independência não trouxera o desenvolvimento para as jovens nações, Alberdi procurou estabelecer as causas que justificassem o atraso da sociedade argentina em relação às nações desenvolvidas. Compreender o passado da região, analisar o presente e detectar o que a Constituição precisaria contemplar, é o alicerce da obra alberdiana para uma boa estruturação do Estado Nacional. Alberdi procurou compreender os principais problemas da região e o que era necessário para modificar este quadro. Também pensou em uma estrutura política eficiente, capaz de coordenar e estruturar todo o aparato estatal.

Analisando todo o pensamento de Alberdi e da *Geração de 1837*, é válido ressaltar que

O núcleo paradoxal da questão nacional em sua formulação pelos membros da Geração de 1837 foi que, para se poder fundar uma nação argentina, era preciso antes se fundar uma nacionalidade com esse caráter. Ou seja, por efeito do contágio de uma corrente de prestígio como o Romantismo, o que nele mesmo se considera como fundamento da existência de uma nação se transformava em programa a ser realizado para poder satisfazer essa condição de existência. (CHIARAMONTE, 1997: 258)

Deste modo, estes textos da *Geração Romântica de 1837* constituem um dos mais significativos indícios originais do real estado de formação dos sentimentos de identidade política no Rio da Prata. A questão da nacionalidade, inexistente nas primeiras décadas pós-independência, ocupou lugar central das preocupações políticas de Echeverría, Alberdi, Gutiérrez e demais membros da geração romântica.

O processo de formação da nacionalidade estava apenas se iniciando neste período, razão pela qual, a existência e as modalidades de uma possível nacionalidade argentina ficariam como tema recorrente do debate cultural e político do país a partir da segunda metade do século XIX. Esta discussão da nacionalidade, pela sua própria vinculação com o pressuposto da homogeneidade étnica, mudaria repentinamente grande parte de suas

características básicas devido à imigração europeia, renovando o contexto demográfico argentino e alterando consideravelmente os termos do debate.

Referências e Fontes:

Referências:

CHIARAMONTE, J. Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Argentina: Ariel, 1997.

ECHEVERRÍA. Esteban. **Dogma Socialista**. Buenos Aires: La cultura argentina, 1928.

GHIRARDI, Olsen. **La Generación del '37 en el Rio de la Plata**. Córdoba: Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Córdoba, 2007. Disponível em www.acader.unc.edu.ar

HALE, Charles. As idéias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930. In: Bethel, Leslie. (Org.). **História da América Latina. 1870-1930**. Tradução de Geraldo de Souza. São Paulo: Edusp, 2002, v.4.

MYRES, Jorge. A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: Marco A. Pamplona, Maria Elisa Mäder. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880. In: Doyle, Don; Pamplona, Marco A.(orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RICUPERO, Bernardo. As nações do romantismo argentino. In: Marco A.Pamplona, Maria Elisa Mäder. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Fontes

ALBERDI, Juan Bautista. **Fragmento preliminar al estudio del derecho.** 1837. Disponible en: www.cervantesvirtual.com

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización de la Republica Argentina.** 1852. Disponible en: www.cervantesvirtual.com